210/2302/280599

## Considerações acerca do MERCOSUL

(28 Mai 99)

De forma geral, a comunidade internacional acredita que o processo de integração do MERCOSUL foi abalado estruturalmente após a desvalorização e posterior flutuação da moeda brasileira, em Jan 99.

Deve-se considerar, entretanto, que os problemas enfrentados pelo MERCOSUL são, ainda, reflexos da crise financeira internacional iniciada em Jul 97. A análise conjuntural do bloco e do panorama internacional revela que os efeitos da crise sobre o acordo regional foram mais amenos do que o previsto. As divergências verificadas entre os países do MERCOSUL representam apenas obstáculos naturais existentes em qualquer processo integracionista.

A acentuada desvalorização da moeda brasileira em Jan 99, ocasionada, dentre outros fatores, pela decisão das autoridades econômicas de abandonar a política de bandas cambiais e deixar o real flutuar livremente, colocou o processo de integração sub-regional do cone sul frente a seu primeiro sério desafio macroeconômico de caráter desestabilizador. Esse fenômeno vem transmitindo à comunidade internacional a impressão de não representar apenas uma dificuldade natural atravessada por virtualmente todos os processos integracionistas dessa natureza, mas um indicativo das limitações do bloco quanto à sua capacidade atual de aprofundamento.

Essa percepção fundamenta-se pelo fato de que, embora não seja a primeira vez que um dos sócios do MERCOSUL tenha modificado a paridade nominal de sua moeda ou decidido alterar seu regime cambial, o momento atual constitui a primeira ocasião em que uma das partes do acordo precisou encarar marcada depreciação de sua moeda em meio a um ataque especulativo que ameaçou a estabilidade econômica do país. Da mesma forma, trata-se da primeira oportunidade em que todos os integrantes do bloco enfrentam, simultaneamente, panorama negativo em termos de crescimento.

Entretanto, nos quase sete anos transcorridos desde a criação do bloco, produziram-se notáveis avanços no tratamento de uma variedade de questões, não somente de natureza comercial, as quais favoreceram o estreitamento dos laços econômicos, comerciais, financeiros e políticos entre os partícipes do MERCOSUL e o surgimento de crescente interdependência. Até o início da crise financeira internacional, em Jul 97, no SUDESTE ASIÁTICO, a grosso modo, o processo de integração do MERCOSUL experimentou um progresso ininterrupto que se manifestou em um acelerado incremento do comércio intrazona, na crescente localização de investimentos dirigidos a aproveitar o novo espaço gerado pelo mercado ampliado e no desenvolvimento de iniciativas empresariais conjuntas.

M2: WB6-KO5 N/JO7/00210/2302/TD8/280599

Devido à existência de defasagem entre os ciclos econômicos dos membros do MERCOSUL, em determinadas circunstâncias algumas das partes se viram obrigadas a privilegiar sua estabilidade macroeconômica quando estas contrariavam os interesses do bloco, sendo necessário recorrer a instrumentos de política comercial e a respostas "ad hoc", para não pôr em risco a continuidade da integração. Não obstante, nas ocasiões em que foi preciso considerar, explicitamente, as questões associadas à dinâmica macroeconômica, o desvio transitório na conduta de qualquer dos partícipes foi, em geral, facilitada pelo contexto favorável nas partes restantes do bloco.

Foi, entretanto, a sensível mudança das condições externas, ocorrida a partir da crise asiática, que propiciou a interrupção do cenário de mútua retroalimentação entre as variáveis do contexto macroeconômico e os avanços da integração comercial. A aparição de impulsos externos negativos sobre a dinâmica macroeconômica de curto prazo dos distintos países do MERCOSUL foi-se intensificando na medida em que o contágio das dificuldades financeiras atingiu novas regiões da economia global. Com isso, tais impulsos começaram a ser sentidos no plano comercial, sendo que, em 98, pela primeira vez, o montante de intercâmbio regional experimentou evolução negativa: o comércio intrazona caiu de US\$ 20,7 bilhões, em 97, para US\$ 20,4 bilhões, em 98, contrariando a tendência de crescimento médio anual de 26% registrada desde 1991. No mesmo sentido, o volume de comércio intraMERCOSUL, no primeiro trimestre de 99, alcançou US\$ 1,5 bilhões, uma redução de 30% em comparação ao mesmo período do ano passado.

De qualquer forma, dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD) indicam que o impacto sobre o MERCOSUL dos choques provocados pela desvalorização do real e pelas crises asiáticas e russa tem sido significativamente mais leve do que, a priori, se temia, ainda mais se considerando que a economia brasileira começa a mostrar sinais de possível recuperação cerca de um ano antes do previsto por essas organizações internacionais.

Entretanto, a avaliação desses dados, feita de forma isolada, poderia dar a impressão de que o MERCOSUL encontra-se em fase de acentuada instabilidade, a qual poderia pôr em perigo a própria continuidade do bloco. Deve-se ressaltar, no entanto, que as cifras registradas são compatíveis com a tendência mundial de desaceleração econômica, em um contexto de crise financeira, no qual a economia mundial cresceu apenas 1,5%, em 98. Acrescente-se ainda que, em vista desse cenário, as exportações do MERCOSUL para o resto do mundo também apresentaram evolução negativa, baixando de US\$ 60,6 bilhões, em 97, para US\$ 60,4 bilhões em 98. O desequilíbrio comercial do bloco localiza-se, sobretudo, com a União Européia (UE), EUA e países da ÁSIA.

Essas cifras, todavia, têm sido relativamente compensadas pelo crescente superávit com os demais países integrantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e países emergentes do ORIENTE MÉDIO, EUROPA ORIENTAL e ÁFRICA.

Em relação às críticas surgidas, em nível internacional, a respeito das freqüentes divergências comerciais entre BRASIL e ARGENTINA, derivadas do fato de existirem poucas instâncias institucionais e jurídicas para normatizar as relações entre os países do bloco, deve-se considerar que o panorama internacional desfavorável também apresentou uma faceta positiva, referente ao fato de, em tais circunstâncias,

começar a surgir na região certo consenso de que o MERCOSUL alcançou determinado grau de maturidade a partir do qual todo avanço ulterior do bloco deveria ser acompanhado por novas iniciativas na esfera institucional.

Dessa forma, o aprofundamento qualitativo do processo – de união aduaneira ao mercado comum verdadeiramente integrado – requereria não somente o avanço das negociações em temas como a uniformização dos marcos tributários, reguladores, institucionais e, em geral, a harmonização das estruturas de incentivo, mas também a adoção de políticas comuns de ordem macroeconômica. O objetivo seria evitar, frente à aparição de dificuldades econômicas maiores, o caráter "menor" da negociação "ad hoc" de medidas pontuais ou a natureza espontânea das instâncias de "coordenação explícita" verificadas até o momento.

A vontade política e o "espírito de MERCOSUL" dos atuais governantes, empresários, analistas e opinião pública são, em geral, amplamente superiores aos dos primeiros anos da década. Da mesma forma, a crise internacional encontrou o bloco em relativo grau de fortalecimento institucional e político. Assim, ante a nova situação provocada pela desvalorização/flutuação da moeda brasileira e no marco de lógicas reclamações e pressões setoriais, não deixa de ser um fato positivo a resposta política dos governos da região no sentido de reafirmar seu compromisso estratégico com o processo de integração, possibilitando também o surgimento de uma nova agenda construtiva sem contrariar a essência do projeto integracionista, partindo da premissa de que somente a repartição eqüitativa dos benefícios pode garantir seu êxito.

Nesse cenário, em vista da consciência da consolidação do MERCOSUL, os eventuais acordos do BRASIL com a Comunidade Andina (CAN) abririam caminho para a negociação dos demais países do bloco do Cone Sul, em uma estratégia de tentar aproveitar o crescimento das relações entre as duas áreas comerciais para fortalecer a posição de ambas e, com a resultante convergência de interesses, possibilitar a integração hemisférica por meio da criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

\* \* \*

1/3

210/2302/280599

Considerações acerca do MERCOSUL

(28 Mai 99)

De forma geral, a comunidade internacional acredita que o processo de integração do MERCOSUL foi abalado estruturalmente após a desvalorização e posterior flutuação da moeda brasileira, em Jan 99.

Deve-se considerar, entretanto, que os problemas enfrentados pelo MERCOSUL são, ainda, reflexos da crise financeira internacional iniciada em Jul 97. A análise conjuntural do bloco e do panorama internacional revela que os efeitos da crise sobre o acordo regional foram mais amenos do que o previsto. As divergências verificadas entre os países do MERCOSUL representam apenas obstáculos naturais existentes em qualquer processo integracionista.

A acentuada desvalorização da moeda brasileira em Jan 99, ocasionada, dentre outros fatores, pela decisão das autoridades econômicas de abandonar a política de bandas cambiais e deixar o real flutuar livremente, colocou o processo de integração sub-regional do cone sul frente a seu primeiro sério desafio macroeconômico de caráter desestabilizador. Esse fenômeno vem transmitindo à comunidade internacional a impressão de não representar apenas uma dificuldade natural atravessada por virtualmente todos os processos integracionistas dessa natureza, mas um indicativo das limitações do bloco quanto à sua capacidade atual de aprofundamento.

Essa percepção fundamenta se pelo fato de que, embora não seja a primeira vez que um dos sócios do MERCOSUL tenha modificado a paridade nominal de sua moeda ou decidido alterar seu regime cambial, o momento atual constitui a primeira ocasião em que uma das partes do acordo precisou encarar marcada depreciação de sua moeda em meio a um ataque especulativo que ameaçou a estabilidade econômica do país. Da mesma forma, trata-se da primeira oportunidade em que todos os integrantes do bloco enfrentam, simultaneamente, panorama negativo em termos de crescimento.

Entretanto, nos quase sete anos transcorridos desde a criação do bloco, produziram-se notáveis avanços no tratamento de uma variedade de questões, não somente de natureza comercial, as quais favoreceram o estreitamento dos laços econômicos, comerciais, financeiros e políticos entre os partícipes do MERCOSUL e o surgimento de crescente interdependência. Até o início da crise financeira internacional, em Jul 97, no SUDESTE ASIÁTICO, a grosso modo, o processo de integração do MERCOSUL experimentou um progresso ininterrupto que se manifestou em um acelerado incremento do comércio intrazona, na crescente localização de investimentos dirigidos a aproveitar o novo espaço gerado pelo mercado ampliado e no desenvolvimento de iniciativas empresariais conjuntas.

Devido à existência de defasagem entre os ciclos econômicos dos membros do MERCOSUL, em determinadas circunstâncias algumas das partes se viram obrigadas a privilegiar sua estabilidade macroeconômica quando estas contrariavam os interesses do bloco, sendo necessário recorrer a instrumentos de política comercial e a respostas "ad hoc", para não pôr em risco a continuidade da integração. Não obstante, nas ocasiões em que foi preciso considerar, explicitamente, as questões associadas à dinâmica macroeconômica, o desvio transitório na conduta de qualquer dos partícipes foi, em geral, facilitada pelo contexto favorável nas partes restantes do bloco.

Foi, entretanto, a sensível mudança das condições externas, ocorrida a partir da crise asiática, que propiciou a interrupção do cenário de mútua retroalimentação entre as variáveis do contexto macroeconômico e os avanços da integração comercial. A aparição de impulsos externos negativos sobre a dinâmica macroeconômica de curto prazo dos distintos países do MERCOSUL foi-se intensificando na medida em que o contágio das dificuldades financeiras atingiu novas regiões da economia global. Com isso, tais impulsos começaram a ser sentidos no plano comercial, sendo que, em 98, pela primeira vez, o montante de intercâmbio regional experimentou evolução negativa: o comércio intrazona caiu de US\$ 20,7 bilhões, em 97, para US\$ 20,4 bilhões, em 98, contrariando a tendência de crescimento médio anual de 26% registrada desde 1991. No mesmo sentido, o volume de comércio intraMERCOSUL, no primeiro trimestre de 99, alcançou US\$ 1,5 bilhões, uma redução de 30% em comparação ao mesmo período do ano passado.

De qualquer forma, dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD) indicam que o impacto sobre o MERCOSUL dos choques provocados pela desvalorização do real e pelas crises asiáticas e russa tem sido significativamente mais leve do que, a priori, se temia, ainda mais se considerando que a economia brasileira começa a mostrar sinais de possível recuperação cerca de um ano antes do previsto por essas organizações internacionais.

Entretanto, a avaliação desses dados, feita de forma isolada, poderia dar a impressão de que o MERCOSUL encontra-se em fase de acentuada instabilidade, a qual poderia pôr em perigo a própria continuidade do bloco. Deve-se ressaltar, no entanto, que as cifras registradas são compatíveis com a tendência mundial de desaceleração econômica, em um contexto de crise financeira, no qual a economia mundial cresceu apenas 1,5%, em 98. Acrescente-se ainda que, em vista desse cenário, as exportações do MERCOSUL para o resto do mundo também apresentaram evolução negativa, baixando de US\$ 60,6 bilhões, em 97, para US\$ 60,4 bilhões em 98. O desequilíbrio comercial do bloco localiza-se, sobretudo, com a União Européia (UE), EUA e países da ÁSIA.

Essas cifras, todavia, têm sido relativamente compensadas pelo crescente superávit com os demais países integrantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e países emergentes do ORIENTE MÉDIO, EUROPA ORIENTAL e ÁFRICA.

Em relação às críticas surgidas, em nível internacional, a respeito das freqüentes divergências comerciais entre BRASIL e ARGENTINA, derivadas do fato de existirem poucas instâncias institucionais e jurídicas para normatizar as relações entre os países do bloco, deve-se considerar que o panorama internacional desfavorável também apresentou uma faceta positiva, referente ao fato de, em tais circunstâncias, começar a surgir na região certo consenso de que o MERCOSUL alcançou determinado grau de maturidade a partir do qual todo avanço ulterior do bloco deveria ser acompanhado por novas iniciativas na esfera institucional.

Dessa forma, o aprofundamento qualitativo do processo – de união aduaneira ao mercado comum verdadeiramente integrado – requereria não somente o avanço das negociações em temas como a uniformização dos marcos tributários, reguladores, institucionais e, em geral, a harmonização das estruturas de incentivo, mas também a adoção de políticas comuns de ordem macroeconômica. O objetivo seria evitar, frente à aparição de dificuldades econômicas maiores, o caráter "menor" da negociação "ad hoc" de medidas pontuais ou a natureza espontânea das instâncias de "coordenação explícita" verificadas até o momento.

A vontade política e o "espírito de MERCOSUL" dos atuais governantes, empresários, analistas e opinião pública são, em geral, amplamente superiores aos dos primeiros anos da década. Da mesma forma, a crise internacional encontrou o bloco em relativo grau de fortalecimento institucional e político. Assim, ante a nova situação provocada pela desvalorização/flutuação da moeda brasileira e no marco de lógicas reclamações e pressões setoriais, não deixa de ser um fato positivo a resposta política dos governos da região no sentido de reafirmar seu compromisso estratégico com o processo de integração, possibilitando também o surgimento de uma nova agenda construtiva sem contrariar a essência do projeto integracionista, partindo da premissa de que somente a repartição eqüitativa dos benefícios pode garantir seu êxito.

Nesse cenário, em vista da consciência da consolidação do MERCOSUL, os eventuais acordos do BRASIL com a Comunidade Andina (CAN) abririam caminho para a negociação dos demais países do bloco do Cone Sul, em uma estratégia de tentar aproveitar o crescimento das relações entre as duas áreas comerciais para fortalecer a posição de ambas e, com a resultante convergência de interesses, possibilitar a integração hemisférica por meio da criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).